

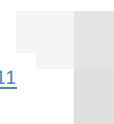


## CONVITE PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

### CONSULTA PRÉVIA N.º 200/2024/DCP/DGRA/LC DIVERSAS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA ANÁLISES DE PREVENÇÃO DA LEGIONELLA

A Agência para a Modernização Administrativa, I.P., adiante designada por AMA, pessoa coletiva de direito público, com o NIPC 508 184 509, com sede na Rua de Santa Marta, n.º 55, 1150-294 Lisboa, com o telefone n.º 217 231 200, convida V. Exa. a apresentar proposta, no âmbito do procedimento de formação de contrato acima identificado, nos termos e condições indicados em seguida:

1. **Decisão de contratar:** A decisão de contratar foi tomada no dia 23/12/2024 por despacho da Vogal do Conselho Diretivo da AMA, Mónica Letra, no uso de competências delegadas nos termos da alínea d) do n.º 4 e da alínea k) do n.º 5 da Deliberação n.º 1372/2024, publicada no n.º 204 da 2.ª série do Diário da República de 21 de outubro de 2024, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do Código de Contratos Públicos (CCP). A escolha do procedimento por Consulta Prévia tem como fundamento o valor estimado do contrato a celebrar.
2. **Documentos da proposta:** A proposta deve ser instruída com os seguintes documentos:
  - a) Declaração de aceitação do Caderno de Encargos, conforme com o modelo constante do Anexo I;
  - b) Declaração do preço contratual, de acordo com o modelo constante do Anexo II ao presente convite.
3. **Prazo e modo de apresentação das propostas:**
  - 3.1. A proposta deve ser apresentada até às 23h59 do dia 07-01-2025, através da plataforma eletrónica <https://www.acingov.pt/>.
  - 3.2. Todos os documentos enviados para o endereço indicado no ponto anterior devem ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
  - 3.3. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura deve a entidade interessada submeter juntamente com a proposta um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante.
  - 3.4. As propostas e todos os documentos que se lhe associarem devem ser redigidas em língua portuguesa.
4. **Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas**
  - 4.1. O Júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicação da lista dos concorrentes na plataforma.





- 4.2. Os concorrentes incluídos na lista podem proceder à consulta de todas as propostas apresentadas na referida plataforma.
- 4.3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias úteis contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da apresentação tempestiva da sua proposta.
- 4.4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o Júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos números 1 e 2 do presente artigo.

5. **Propostas variantes:** Não são admitidas propostas variantes.

6. **Prazo de validade:** A proposta considera-se válida e inalterada em todas as suas condições por um período de 90 dias úteis contados desde a data do termo do prazo fixado para a respetiva apresentação.

7. **Esclarecimentos, erros e omissões:**

- 7.1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do Júri e devem ser submetidos através da plataforma eletrónica indicada no ponto 3.1.
- 7.2. O interessado também deve apresentar, na plataforma onde corre o procedimento, indicada no ponto 3.1, uma lista na qual identifique, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões detetados e que digam respeito a:
  - a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
  - b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
  - c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;
- 7.3. Os esclarecimentos e a lista de erros e omissões devem ser solicitados no primeiro terço do prazo para apresentação das propostas.

8. **Negociação:** Não haverá negociação de propostas.

9. **Consulta Preliminar**

- 9.1. Foi realizada consulta preliminar ao mercado, nos termos do artigo 35.º-A do CCP.
- 9.2. Na sequência da consulta preliminar realizada à empresa Watercare – Tratamento de Águas, Lda., obteve-se a seguinte resposta:





Art.	Loja do Cidadão	Quant	un	Preço unitário s/IVA	Preço Total s/IVA
1	Prestação de serviços de recolha de análise microbiológicas de Legionella de obrigatoriedade anual na água fria, enviar para o laboratório acreditado e enviar o relatório para AMA das seguintes lojas de cidadão:				
1.1	LC Braga	1	un	194,00 €	194,00 €
1.2	LC Gondomar	1	un	194,00 €	194,00 €
1.3	LC Murça	1	un	194,00 €	194,00 €
1.4	LC Penafiel	1	un	194,00 €	194,00 €
1.5	LC Porto	1	un	194,00 €	194,00 €
1.6	LC Santo Tirso	1	un	194,00 €	194,00 €
1.7	LC Vila Nova de Gaia	1	un	194,00 €	194,00 €
1.8	LC Aveiro	1	un	194,00 €	194,00 €
1.9	LC Cantanhede	1	un	194,00 €	194,00 €
1.10	LC Castelo Branco	1	un	194,00 €	194,00 €
1.11	LC Coimbra	1	un	194,00 €	194,00 €
1.12	LC Esmeriz	1	un	194,00 €	194,00 €
1.13	LC Guarda	1	un	194,00 €	194,00 €
1.14	LC São João da Madeira	1	un	194,00 €	194,00 €
1.15	LC Viseu	1	un	194,00 €	194,00 €
1.16	LC Vila Nova da Barquinha	1	un	194,00 €	194,00 €
1.17	LC Borba	1	un	239,00 €	239,00 €
1.18	LC Faro	1	un	194,00 €	194,00 €
1.19	LC Laranjeiras	1	un	194,00 €	194,00 €
1.20	LC Marvila	1	un	194,00 €	194,00 €
1.21	LC Odivelas	1	un	194,00 €	194,00 €
1.22	LC Serpa	1	un	216,50 €	216,50 €
1.23	LC Setúbal	1	un	194,00 €	194,00 €
1.24	LC Tavira	1	un	194,00 €	194,00 €
1.25	3.º e 4.º piso do edifício das Laranjeiras	1	un	194,00 €	194,00 €
2	Prestação de serviços de recolha de análise microbiológicas de Legionella de obrigatoriedade trimestral na água quente, enviar para o laboratório acreditado e enviar o relatório para AMA das seguintes lojas de cidadão:				
2.1	LC Gondomar	4	un	122,43 €	489,70 €



2.2	LC Penafiel	4	un	119,65 €	478,60 €
2.3	LC Vila Nova de Gaia	4	un	119,86 €	479,42 €
2.4	LC Cantanhede	4	un	120,30 €	481,20 €
2.5	LC Esmoriz	4	un	119,73 €	478,92 €
2.6	LC São João da Madeira	4	un	119,61 €	478,42 €
3	Prestação de serviços de recolha de agua fria para analise de prevenção de Legionella todas as semanas nos 2 primeiros meses de acordo com o plano de monitorização da loja (medir cloro, medir pH, medir temperatura, leitura do contador e regista em registo proprio do plano de monotorização) e enviar o registo para AMA todos os meses das seguintes lojas de cidadão:				
3.1	LC Murça	2	mês	921,30 €	1 842,60 €
3.2	LC Guarda	2	mês	1 262,00 €	2 524,00 €
4	Prestação de serviços de recolha de agua fria e quente para analise de prevenção de Legionella todas as semanas nos 2 primeiros meses de acordo com o plano de monitorização da loja (medir cloro, medir pH, medir temperatura, leitura do contador e regista em registo proprio do plano de monotorização) e enviar o registo para AMA todos os meses das seguintes lojas de cidadão:				
4.1	LC Gondomar	2	mês	718,20 €	1 436,40 €
5	Prestação de serviços de recolha de agua fria para analise de prevenção de Legionella todas as semanas no 3º ao 12º mês de contrato de acordo com o plano de monitorização da loja (medir cloro, medir pH, medir temperatura, leitura do contador e regista em registo proprio do plano de monotorização) e enviar o registo para AMA todos os meses das seguintes lojas de cidadão:				
5.1	LC Murça	10	mês	505,78 €	5 057,80 €
5.2	LC Guarda	10	mês	693,90 €	6 939,00 €
6	Prestação de serviços de recolha de agua fria e quente para analise de prevenção de Legionella todas as semanas no 3º ao 12º mês de contrato de acordo com o plano de monitorização da loja (medir cloro, medir pH, medir temperatura, leitura do contador e regista em registo proprio do plano de monotorização) e enviar o registo para AMA todos os meses das seguintes lojas de cidadão:				
6.1	LC Gondomar	10	mês	389,31 €	3 893,10 €
<b>TOTAL</b>					<b>29496,66 €</b>

**9.3.** O preço base fixado corresponde ao preço apresentado nesta consulta preliminar, tendo sido retirado o valor orçamentado para a água quente da LC Esmoriz, uma vez que será desativada a sua disponibilidade na Loja.





**10. Critério de adjudicação:** A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa na modalidade de avaliação monofator, densificado pelo preço, enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar.

**11. Critério de desempate na avaliação das propostas**

- 11.1.** Em caso de empate entre as propostas, a adjudicação far-se-á por sorteio, realizado pelo júri na presença de um representante de cada um dos concorrentes, do qual será redigida ata a assinar por todos os intervenientes;
- 11.2.** Para efeitos do número anterior, todos os concorrentes serão notificados da data, hora e local de sorteio, com a antecedência de 3 dias, devendo estar munidos da respetiva identificação e de comprovativo ou declaração que confira poderes para representar a entidade, emitida por quem tem poderes para a obrigar.
- 11.3.** Os preços devem ser apresentados em Euros com apenas duas casas decimais e não incluem IVA.

**12. Audiência Prévia**

- 12.1.** Após a análise das propostas e da aplicação do critério de adjudicação, o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual deve propor a ordenação das mesmas, sendo os Proponentes notificados para se pronunciarem no prazo de 3 dias úteis em sede de audiência prévia.
- 12.2.** Finda a fase de audiência prévia, é elaborado o Relatório Final.

**13. Decisão de adjudicação**

- 13.1.** O adjudicatário deve apresentar, no prazo de 3 dias a contar da notificação da adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:
  - a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II ao CCP;
  - b) Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que se encontra nas seguintes situações:
    - Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado em que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
    - Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado em que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
    - Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, da adjudicatária e de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações





previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP - os adjudicatários devem entregar certificados de registo criminal de todos os titulares de órgãos sociais da administração, direção ou gerência que, da leitura da certidão de registo comercial atualizada, se encontrem designados e em funções;

- Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência, que se encontram em efetividade de funções;
  - Documento comprovativo de inscrição no Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE) com o respetivo código de acesso nos termos da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, na sua redação atual.
- c) Declaração relativa a informações sobre a qualidade de PME de uma empresa, conforme modelo constante do Anexo IV do presente convite.

**13.2.** Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação, que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do artigo 86.º do CCP, será concedido o prazo de três dias úteis para a sua supressão.

**14. Prestação de Caução:** Atento o valor do preço contratual não é exigida a prestação de caução, nos termos da alínea a) n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

**15. Formalização do contrato:**

**15.1.** O contrato a celebrar será reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte informático e celebrado mediante a aposição de assinaturas eletrónicas.

**15.2.** Concretizados os procedimentos previstos nos pontos anteriores, e aprovada pela AMA a minuta do contrato a celebrar, o adjudicatário é notificado da mesma, considerando-se esta aceite quando haja declaração expressa nesse sentido ou quando não haja reclamação nos 2 dias subsequentes à respetiva notificação.

**15.3.** A AMA comunica a data, a hora e o local em que ocorre a assinatura do contrato.

**Anexos:**

- Modelo de Declaração de Aceitação do Caderno de Encargos (Anexo I);
- Modelo de indicação do preço contratual (Anexo II)
- Modelo de Declaração de Habilitação (Anexo III);
- Modelo de declaração relativa a informações sobre a qualidade de PME de uma empresa (Anexo IV);
- Caderno de Encargos.





## ANEXO I

### **Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º -A, conforme aplicável]**

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo -quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º.

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º.





## ANEXO II

### Modelo de declaração do preço contratual

... (indicar nome, estado, profissão e morada), representante legal de ..... (designação social) com sede em ....., pessoa coletiva n.º ....., matriculada na Conservatória do Registo Comercial de ..... com o capital social de ....., declara que a sua representada se obriga à prestação de serviços objeto do procedimento de Consulta Prévia n.º 200/2024/DCP/DGRA/LC Diversas – Aquisição de Serviços para Análises de prevenção da Legionella, de acordo com o Caderno de Encargos, pelo preço contratual de ....., a que acresce o IVA à taxa legal em vigor, nos termos do disposto nos artigos 60.º e 97.º do Código dos Contratos Públicos, e a consumir de acordo com os preços unitários seguintes, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

Art.	Loja do Cidadão	Quantidades	un	Preço unitário s/IVA	Preço Total s/ IVA
1	Prestação de serviços de recolha de análise microbiológicas de Legionella de obrigatoriedade anual na água fria, enviar para o laboratório acreditado e enviar o relatório para AMA das seguintes lojas de cidadão:				
1.1	LC Braga	1	un		
1.2	LC Gondomar	1	un		
1.3	LC Murça	1	un		
1.4	LC Penafiel	1	un		
1.5	LC Porto	1	un		
1.6	LC Santo Tirso	1	un		
1.7	LC Vila Nova de Gaia	1	un		
1.8	LC Aveiro	1	un		
1.9	LC Cantanhede	1	un		
1.10	LC Castelo Branco	1	un		
1.11	LC Coimbra	1	un		
1.12	LC Esmoriz	1	un		
1.13	LC Guarda	1	un		
1.14	LC São João da Madeira	1	un		
1.15	LC Viseu	1	un		
1.16	LC Vila Nova da Barquinha	1	un		
1.17	LC Borba	1	un		
1.18	LC Faro	1	un		
1.19	LC Laranjeiras	1	un		
1.20	LC Marvila	1	un		
1.21	LC Odivelas	1	un		
1.22	LC Serpa	1	un		
1.23	LC Setúbal	1	un		
1.24	LC Tavira	1	un		
1.25	3.º e 4.º piso do edifício das Laranjeiras	1	un		







2	Prestação de serviços de recolha de análise microbiológicas de Legionella de obrigatoriedade trimestral na água quente, enviar para o laboratório acreditado e enviar o relatório para AMA das seguintes lojas de cidadão:				
2.1	LC Gondomar	4	un		
2.2	LC Penafiel	4	un		
2.3	LC Vila Nova de Gaia	4	un		
2.4	LC Cantanhede	4	un		
2.5	LC São João da Madeira	4	un		
3	Prestação de serviços de recolha de água fria para análise de prevenção de Legionella todas as semanas nos 2 primeiros meses de acordo com o plano de monitorização da loja (medir cloro, medir pH, medir temperatura, leitura do contador e regista em registo próprio do plano de monitorização) e enviar o registo para AMA todos os meses das seguintes lojas de cidadão:				
3.1	LC Murça	2	mês		
3.2	LC Guarda	2	mês		
4	Prestação de serviços de recolha de água fria e quente para análise de prevenção de Legionella todas as semanas nos 2 primeiros meses de acordo com o plano de monitorização da loja (medir cloro, medir pH, medir temperatura, leitura do contador e regista em registo próprio do plano de monitorização) e enviar o registo para AMA todos os meses das seguintes lojas de cidadão:				
4.1	LC Gondomar	2	mês		
5	Prestação de serviços de recolha de água fria para análise de prevenção de Legionella todas as semanas no 3º ao 12º mês de contrato de acordo com o plano de monitorização da loja (medir cloro, medir pH, medir temperatura, leitura do contador e regista em registo próprio do plano de monitorização) e enviar o registo para AMA todos os meses das seguintes lojas de cidadão:				
5.1	LC Murça	10	mês		
5.2	LC Guarda	10	mês		
6	Prestação de serviços de recolha de água fria e quente para análise de prevenção de Legionella todas as semanas no 3º ao 12º mês de contrato de acordo com o plano de monitorização da loja (medir cloro, medir pH, medir temperatura, leitura do contador e regista em registo próprio do plano de monitorização) e enviar o registo para AMA todos os meses das seguintes lojas de cidadão:				
6.1	LC Gondomar	10	mês		
<b>TOTAL</b>					

Às quantias supramencionadas incidirá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Data e Assinatura





### ANEXO III

#### Modelo de declaração

**[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]**

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º





## ANEXO IV

### Modelo de declaração relativa a informações sobre a qualidade de PME de uma empresa

#### INFORMAÇÕES RELATIVAS À QUALIDADE DE PME

Identificação da empresa

**Nome ou firma:** .....

**Endereço da sede social:** .....

**NIPC:** .....

**Tipo de empresa:**

- ☐ Grande  
☐ Média  
☐ Micro  
☐ Micro, pequena, média  
☐ Pequena

**Importante:** Houve alteração de dados relativamente ao exercício contabilístico anterior, suscetível de implicar mudança de categoria da empresa:

- ☐ Não  
☐ Sim (neste caso, indicar a qualificação referente ao exercício anterior)

**Nota:** Incluir evidência da certificação emitida pelo IAPMEI, caso exista.

Eu, abaixo-assinado, atesto, por minha honra, a exatidão da presente declaração e dos eventuais anexos.

Assinatura do representante legal

